



RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

PILAR 3

SCANIA BANCO S.A.

4º Trimestre de 2020



INTRODUÇÃO	3
SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE O MODELO DE NEGÓCIOS E O PERFIL DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO, E ENTRE ESSE PERFIL E O NÍVEL DE APETITE POR RISCO ESTABELECIDO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (“CA”)	4
SOBRE A GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS: RESPONSABILIDADES ATRIBUÍDAS AO PESSOAL DA INSTITUIÇÃO EM SEUS DIVERSOS NÍVEIS (FORMAS DE CONTROLE, DELEGAÇÃO DE AUTORIDADE, DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES POR TIPO DE RISCO E POR UNIDADE DE NEGÓCIO, ENTRE OUTROS), E O RELACIONAMENTO ENTRE AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA (CA, DIRETORIA, COMITÊS DE ASSESSORAMENTO DO CA, UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA FUNÇÃO DE CONFORMIDADE E PELO GERENCIAMENTO DE RISCOS, AUDITORIA INTERNA, ENTRE OUTROS)	5
SOBRE CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO (CÓDIGO DE CONDUTA, MANUAIS, PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO DE RISCOS, ENTRE OUTROS).....	7
SOBRE ESCOPO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO DE RISCOS.....	8
SOBRE O PROCESSO DE REPORTE DE RISCOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E À DIRETORIA.....	10
SOBRE INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE (PORTFÓLIOS CONSIDERADOS, CENÁRIOS ADOTADOS, METODOLOGIAS UTILIZADAS E USO DOS RESULTADOS NO GERENCIAMENTO DE RISCOS).....	11
SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS E SUA EFETIVIDADE.....	12
BREVE DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE CAPITAL, INCLUINDO A AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR) PARA COBERTURA DOS RISCOS DAS ATIVIDADES ATUAIS E PROJETADAS DA INSTITUIÇÃO.....	13
ANEXO I: TABELA CC1 – COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR).....	14
ANEXO II: TABELA CC2 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR) COM O BALANÇO PATRIMONIAL.....	19
ANEXO III: TABELA CCA – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR).....	20



Introdução

O Scania Banco S.A. ("Scania Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009, e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil ("BCB" ou "BACEN") em 4 de dezembro de 2009.

A instituição faz parte da Scania Financial Services ("Scania Finance", "Scania Finance Holding AB"), que é a unidade de negócios responsável por fornecer soluções financeiras aos clientes de produtos da marca Scania em todo o mundo. Scania é uma das marcas da TRATON SE, uma subsidiária pertencente ao Grupo Volkswagen ("Volkswagen AG").

Este relatório apresenta as informações do Scania Banco S.A., e das demais entidades integrantes do Conglomerado Prudencial liderado pelo mesmo, requeridas pelo Banco Central do Brasil por meio da Circular 3.930 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital.

No Scania Banco, o gerenciamento dos riscos e capital é pautado por meio de políticas, processos e relatórios condizentes com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, tendo como suporte as melhores práticas de Governança Corporativa. A estrutura implementada é proporcional à dimensão de exposição de risco do banco, que permite mensurar e controlar os riscos inerentes à operação.



Sobre a interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição, e entre esse perfil e o nível de apetite por risco estabelecido pelo Conselho de Administração (“CA”)

O Scania Banco objetiva fornecer produtos e serviços financeiros aos clientes Scania no Brasil. Dada a natureza da marca, predomina o perfil de clientes do setor de transportes, principalmente rodoviários.

O principal meio de captação de negócios é através do plano de produção e vendas da Scania Brasil. Desta forma, o crescimento do Banco é altamente dependente do sucesso da Scania Brasil e de seu planejamento de vendas. Por esse motivo o Scania Banco trabalha próximo a Scania Brasil por ser um forte parceiro de negócios.

No estabelecimento de seu plano de atuação e apetite a riscos o Scania Banco se dispõe a admitir riscos na realização dos seus negócios, a fim de cumprir os objetivos estratégicos, requisitos regulatórios e atingir os resultados esperados pelos acionistas, tanto em condições normais quanto em cenários adversos, desde que controláveis e monitoráveis. Em sua declaração de riscos é enfatizada a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação ao Conselho de Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.

Sobre os principais riscos relacionados ao modelo de negócios:

Riscos de Crédito: O Scania Banco tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito. Para tanto, a instituição financeira prioriza negócios mais seguros, visando construir uma carteira com ativos de qualidade, de rentabilidade e com baixo índice de perdas. O banco busca operar com clientes (Pessoa Física ou Jurídica) de boa reputação, boas perspectivas financeiras, e sempre que possível com o crédito amparado por garantias.

Risco Operacional e Socioambiental: Considerando a abordagem quantitativa, a instituição consolida as perdas existentes numa base de dados interna, classificada conforme os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite o monitoramento das perdas incorridas, possibilitando a utilização efetiva das informações para gestão. Cabe aos gestores e líderes de cada departamento reportarem a ocorrência de perdas/riscos operacionais – processo este gerenciado pela área de Compliance.

Riscos de Mercado: As operações do Scania Banco estão essencialmente classificadas como Banking, ou seja, de não negociação, sendo sua carteira de operações ativas composta por operações de crédito e aplicações não significativas de seu caixa; e carteira de operações passivas composta por captações com o BNDES (“Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”) e com bancos comerciais nacionais e internacionais. O Scania Banco atualmente não está autorizado por sua matriz a possuir exposição ao câmbio de moedas estrangeiras, sendo assim, todo seu balanço está em moeda local.

Riscos de Liquidez: A Gestão do Risco de Liquidez é realizada através de procedimentos e relatórios periódicos, como Previsão de Liquidez Diária e Fechamento, Previsão de Liquidez de 90 dias, Relatório de Risco de Refinanciamento, Teste de Estresse de Liquidez, Plano de Contingência de Liquidez, o que possibilita o acompanhamento dos limites operacionais e análise de cenários futuros pelos gestores para tomada de ação pontual dos gestores.

Gerenciamento de Capital: O Grupo Scania estabelece que todas as suas subsidiárias deverão entregar periodicamente um plano de negócios estratégico (“Plano Estratégico”) com horizonte de cinco anos. O Plano Estratégico do Banco é elaborado com base nas melhores práticas do Grupo e de mercado. Trata-se de um documento robusto e formalizado feito em conformidade com a Política de Planejamento Estratégico do Banco, e que prevê o comportamento e necessidades de capital do Scania Banco.



Sobre a governança do gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição em seus diversos níveis (formas de controle, delegação de autoridade, divisão de responsabilidades por tipo de risco e por unidade de negócio, entre outros), e o relacionamento entre as instâncias de governança (CA, diretoria, comitês de assessoramento do CA, unidades responsáveis pela função de conformidade e pelo gerenciamento de riscos, auditoria interna, entre outros)

A Governança do gerenciamento de riscos no Conglomerado Prudencial do Scania Banco incorpora uma série de iniciativas e instancias que agregadas visam a redução de riscos à níveis aceitáveis de exposição, à adequada transparência e divulgação, a manutenção da saúde financeira e a continuidade do negócio.

As áreas participantes do processo de gerenciamento de riscos e capital são obrigatoriamente, mas não exclusivamente:

Conselho de Administração

- fixar e revisar os níveis de apetite por riscos da instituição na declaração de apetite ao risco;
- revisar e aprovar, com periodicidade mínima anual:
 - as políticas de gerenciamento de riscos da instituição;
 - os limites de exposição conforme os tipos de riscos;
 - o plano de capital e o plano de contingência de capital;
 - a declaração de apetite ao risco;
 - o plano de contingência de negócios;
 - o programa de testes de estresse.
- assegurar a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos;
- promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;



- assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados;
- assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez.

Comitê de Gerenciamento de Riscos

- Reúne-se trimestralmente, ou mediante solicitação, com a finalidade de:
 - avaliar os níveis de apetite por riscos fixados e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;
 - garantir um processo e ferramentas de gerenciamento de riscos efetivos;
 - supervisionar a atuação e o desempenho do diretor de riscos e capital;
 - acompanhar os trabalhos das auditorias relativas à gestão de riscos;
 - supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da declaração de apetite de riscos;
 - avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;
 - propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao conselho de administração sobre os assuntos:
 - as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos;
 - as políticas e as estratégias de gerenciamento de capital, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o Patrimônio de Referência em níveis compatíveis com riscos incorridos;
 - o programa de testes de estresse, conforme norma vigente;
 - as políticas e as estratégias para a gestão de continuidade de negócios;
 - o Plano de Contingência de Liquidez;
 - o Plano de Capital e o Plano de Contingência de Capital.

Diretor de Gerenciamento de Riscos ("CRO")

- definir modelo de gestão, apresentar ao Comitê e implementar as diretrizes e procedimentos adotados no gerenciamento de riscos, visando atender às disposições regulatórias;
- supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- responsável pela adequação, à declaração de apetite aos riscos, e aos objetivos estratégicos da instituição, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
- assegurar a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros.
- manter registros de suas deliberações e decisões do Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital.



Sobre canais de disseminação da cultura de riscos na instituição (código de conduta, manuais, processos de comunicação de riscos, entre outros).

Visando preservar e elevar o nível de conscientização de cada colaborador quanto a importância e seu papel na gestão de riscos corporativos, o Scania Banco mantém canais abertos e comunicações constantes relativas ao tema:

- Código de conduta;
- Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital com as lideranças;
- Workshops e Reuniões Periódicas com todos os colaboradores;
- E-mails orientativos e documentos impressos;
- Integração de funcionários e reciclagens através de treinamentos presenciais ou online.
- Intranet do Grupo Scania;
- Canais de denúncia anônima institucionais do Grupo Scania.



Sobre escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.

Risco de Crédito

Através de objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração a área de Crédito recomenda limites, avalia exposições e tendências, e acompanha a eficiência da política de concessão de crédito. As principais informações e ferramentas utilizadas são principalmente, mas não exclusivamente:

- Definição dos parâmetros de política: as políticas de crédito para as operações do conglomerado são definidas de forma a evitar potenciais perdas financeiras. Os critérios para tomada de decisão são fundamentados em acompanhamentos e estudos de indicadores nos processos de Crédito e Cobrança ou em função da identificação de situações de mercado.
- Ferramentas de rating: O Scania Banco utiliza modelos de score na concessão de crédito para medir a qualidade de um determinado cliente. Cada rating atribuído relaciona-se a uma análise econômico-financeira, informações cadastrais, e dados internos e externos (se disponíveis). O modelo de score é revisado periodicamente, a fim de que as qualificações por ele atribuído sejam progressivamente aperfeiçoados.
- Cálculos e modelos de provisionamento de crédito de acordo com os critérios locais e da matriz: garantir que as perdas associadas ao risco de crédito sejam devidamente apuradas e adequadas com as especificações definidas nos requerimentos definidos pelo Banco Central do Brasil e internamente pelas políticas do Grupo.

Risco Operacional e Socioambiental

No que tange Risco Operacional, entre os eventos em questão, incluem-se: Fraudes Internas; Fraudes Externas; Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; Situações que acarretem a interrupção das atividades do banco; Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; Falhas na execução, no cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição.

Para com riscos socioambientais, o Scania Banco possui política específica para o tema. O Scania Banco compartilha o desejo da marca Scania de ser líder na transformação do segmento de transporte como um importante contribuidor para um mundo sustentável.

Em ambos o departamento de Compliance gerencia processo de captação junto aos líderes de cada departamento e reporte ao Comitê de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Conselho de Administração.

Riscos de Mercado

Para a avaliação e controle do Risco de Mercado da carteira, o Scania Banco utiliza a metodologia EVE (Economic Value of Equity), considerada mais apropriada para a avaliação da exposição ao risco uma vez que considera horizontes mais longos.

Riscos de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez é realizada pelo departamento de Finanças e o monitoramento é feito através de relatórios periódicos que incluem a previsão do fluxo de caixa e definições de caixa mínimo. As informações são elaboradas em conjunto com departamentos parceiros para garantir maior segurança, validadas pelo Diretor Financeiro (CFO) e apresentadas no Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital.



Vale mencionar que informações como testes de estresse, planos de contingência, alçadas e governança são feitos também em linha com as políticas globais do Grupo Scania.

Gerenciamento de Capital

O processo de cálculo das informações relativas ao capital requerido pelo Banco Central do Brasil é feito mensalmente no nível de detalhe de cada empresa do conglomerado prudencial ao qual o Scania Banco está inserido através de sistemas apropriados para este uso.



Sobre o processo de reporte de riscos ao Conselho de Administração e à diretoria.

O Grupo Scania estabelece processos institucionais e obrigatórios ao Scania Banco que visam o acompanhamento das metas e objetivos traçados, assim como análise das razões de eventuais desvios e correções, através de relatórios mensais e previsões trimestrais, com base no cenário mais recente que o Banco está operando. Assim, em linha com essa exigência, as empresas do Grupo são obrigadas a fornecer uma previsão com volume de novos negócios, projeções de ativos e passivos, aumento da receita, controle de despesas operacionais e controle de provisões para perdas.

O Scania Banco de forma complementar ainda possui o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital, que conta com a presença de todos os diretores da instituição e líderes da instituição, com periodicidade mínima trimestral. Os temas de gestão de riscos e capital são temas recorrentes na pauta das reuniões do Conselho de Administração.



Sobre informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse (portfólios considerados, cenários adotados, metodologias utilizadas e uso dos resultados no gerenciamento de riscos).

Teste de estresse é compreendido pelo Scania Banco como o exercício com finalidade definida de avaliar prospectivamente os potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em um portfólio específico.

O Scania Banco trabalha com o processo de teste de estresse de riscos integrado aos seus processos de governança e administração da instituição.

As ações elencadas para corrigir fragilidades apontadas pelo programa, incluindo a avaliação de sua factibilidade em situações de estresse são analisadas especificamente para cada caso que for apresentado. O fórum eleito para acompanhamento e análise é o Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Assim o Scania Banco entende que está assegurado o uso dos resultados na identificação, na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação de riscos. Assim como também o uso nas decisões estratégicas, revisão dos limites de riscos, revisão de políticas e auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e metodologias utilizadas.

Riscos de Crédito

O teste de estresse para riscos de crédito é realizado no mínimo anualmente dentro do processo de elaboração do planejamento estratégico, também chamado de Plano de Capital. Neste exercício também são avaliados e definidos os limites de atuação da instituição pelo Conselho de Administração.

A finalidade do teste de estresse de riscos de crédito é avaliar os impactos decorridos da inadimplência que o Scania Banco consegue suportar, através da análise de cenários, sem comprometer o andamento de sua atividade e requerimentos legais.

Riscos de Liquidez e Mercado

O teste de estresse para riscos de mercado e liquidez é realizado também no mínimo anualmente dentro do processo de elaboração do planejamento estratégico, também chamado de Plano de Capital.

Além disto, mensalmente e durante o mês, o tema é monitorado e analisado de forma contínua pela Diretoria Financeira em conjunto com a Tesouraria da Scania, seja local ou em sua matriz. As previsões de médio prazo e longo prazo são atualizadas de forma colegiada no mínimo mensalmente. No que tange o curto prazo (horizonte inferior a 90 dias) são feitas previsões de fluxo de caixa diário e que de maneira conservadora preveem situações de riscos suficientes para mitigar impactos sobre a atividade da instituição ou requerimentos legais.

Gerenciamento de Capital

O exercício de estresse para o gerenciamento de capital do Scania Banco deve ser realizado no mínimo anualmente em razão do calendário de elaboração do Plano Capital.

O teste de estresse deve contemplar os riscos relevantes e fornecer aos agentes decisórios do Scania Banco cenários e possibilidades quanto a riscos de perdas, ou de movimentação de seus ativos.

Risco Operacional, Socioambiental e outros tipos de riscos



O teste de estresse para riscos de operacional e socioambiental é realizado no mínimo anualmente dentro do processo de elaboração do planejamento estratégico, também chamado de Plano de Capital. Neste exercício também são avaliados e definidos os limites de atuação da instituição pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente a área de Compliance realiza o monitoramento destes riscos. O estudo caso a caso, ou de cenários poderão ser utilizados dependendo da relevância que os mesmos se apresentarem no histórico do Scania Banco. Ou seja, mesmo que o nível de ocorrência seja não relevante, o acompanhamento deverá seguir e os cenários deverão ser expostos para o Conselho de Administração.

Sobre as estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.

O Scania Banco adota o “Scania Way”. Tratasse de um modo de trabalhar e pensar que institui o uso de nada além do que os recursos necessários para a realização de um determinado trabalho, etapa ou processo, evitando desperdícios.

Um dos grandes benefícios é que essa metodologia, aplicada à gestão de negócios, minimiza desperdícios em diversas frentes. Seguindo seus princípios, líderes e gestores são capazes de aproveitar melhor o tempo dos colaboradores e aumentar a produtividade de suas equipes tomando algumas ações como, por exemplo:

- identificar e eliminar constantemente problemas que atravancam os processos;
- garantir que o fluxo de trabalho esteja claro para todos, eliminando ruídos na comunicação;
- indicar sempre quais demandas e entregas são prioritárias;
- fornece o suporte necessário para que a equipe possa efetuar entregas contínuas e de qualidade.

Estes princípios se fazem presentes no dia-a-dia da instituição. A estratégia de adotar um comitê exclusivo ao tema de gestão de riscos e capital fornece um ambiente dinâmico e transparente de comunicação entre todos os envolvidos na gestão e acompanhamento dos negócios do Scania Banco. Neste aspecto, outro ponto de mitigação de riscos importante é que estes são processos de decisão colegiada.

A efetividade deste modelo de trabalho é aferida mensalmente e acompanhada de perto pelo Conselho de Administração da instituição através de suas reuniões com periodicidade predominantemente trimestral. A mudança do ambiente de negócio ou fatores novos identificados pelas linhas de defesa são avaliados e se necessário estabelecidos planos para eventuais correções.

Entende-se como linhas de defesa os fluxos de ação e revisão presentes nos mais diversos processos da instituição, desde originação de um contrato com o cliente na área comercial, até a revisão dos resultados contábeis auditados por empresa independente.

Desta forma o Scania Banco acredita que fundamenta sua estratégia de mitigação de riscos em processos eficientes de decisão e reporte com transparência, integrados e colegiados.



Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição.

O Scania Banco minimamente em bases trimestrais reavalia e prevê o crescimento dos seus ativos e o nível de capital, com vistas a monitorar o nível requerido em conformidade com os aspectos normativos legais do Brasil, assim como também das políticas e estratégias do Grupo.

A avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência para a cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas é feita pela Controladoria da Instituição, validadas pelo Diretor Financeiro e Riscos (CFO e CRO), assim como pelo Diretor Geral ('MD'), e submetidas ao Conselho de Administração.

Mensalmente os resultados são avaliados e compartilhados também com os membros do Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Os cálculos, sistemas e pessoas envolvidos no processo dos números são auditados por empresa externa anualmente. Assim como também, em linha com o "Scania Way", periodicamente o Scania Banco contrata outros fornecedores externos para testar seu arcabouço de sistemas, definições e planilhas, e eventualmente sugerir melhorias.

Neste sentido o Scania Banco entende que os dados e análises correspondem à realidade e possuem grande qualidade para o processo de tomada de decisão.

**Anexo I: Tabela CC1 – Composição do Patrimônio de Referência (PR)**

Tabela CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)			
Data Base: 31/12/2020 Coligada: 995 - Conglomerado Prudencial (2061)			
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)			
		a	b
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	312.000	a
2	Reservas de lucros	281.941	b / c
3	Outras receitas e outras reservas	0	
4	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	0	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	593.941	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apereçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	0	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	0	
9	Ativos intangíveis	268	d
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	0	
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	0	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	0	
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	



18	Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
19	Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas.	0	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	0	
23	do qual: oriundo de participações significativas no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	0	
26	Ajustes regulatórios nacionais	8.302	
26.a	Ativos permanentes diferidos	0	
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	8.302	e
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	0	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	0	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	0	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	0	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0	



26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	0	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	0	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	0	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	8.570	
29	Capital Principal	585.371	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	0	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	0	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	0	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	0	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	0	
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
39	Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
40	Valor total dos investimentos significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
41	Ajustes regulatórios nacionais	0	
41.a	Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas que seja inferior a 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	0	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	0	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	0	



43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	0	
44	Capital Complementar	0	
45	Nível I	585.370	
Nível II: instrumentos			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	8.027	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	11.673	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	0	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	19.700	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
54	Valor total dos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	0	
55	Valor total dos investimentos significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	0	
56	Ajustes regulatórios nacionais	0	
56.a	Valor total dos investimentos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que seja inferior a 10% do valor do seu Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	0	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	0	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	0	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	0	
58	Nível II	19.700	
59	Patrimônio de Referência	605.070	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	4.769.283	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,27	
62	Índice de Nível I (IN1)	12,27	
63	Índice de Basileia (IB)	12,69	



64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	1,25	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	1,25	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,00	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0,00	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	0,41	
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco			
72	Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0	
73	Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0	
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	19.896	f
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)			
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	0	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	19.700	

**Anexo II: Tabela CC2 – Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial**

Tabela CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial Data Base: 31/12/2020 Coligada: 995 - Conglomerado Prudencial (2061)			
	a	b	
	Valores do balanço patrimonial no final do período (Banco)	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência
Ativo			
Caixa e equivalentes a caixa	17.022	17.788	
Instrumentos financeiros	4.590.890	4.876.113	
Operações de arrendamento mercantil/Crédito	25.430	25.430	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-50.030	-50.030	
Créditos tributários	32.954	52.877	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	8.302	8.302	e
Outro Créditos	0	0	
Imobilizado de uso		3.825	
Intangível		2.182	d
Depreciações e amortizações		-4.882	
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		0	
Total de Ativos	4.624.568	4.931.605	
Passivos			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	4.041.623	4.041.623	
Provisões	11.900	225.992	
Obrigações fiscais diferidas	67.158	70.049	
Total de Passivos	4.120.681	4.337.664	
Patrimônio Líquido			
Capital social	270.000	312.000	
do qual: o montante elegível para capital principal	270.000	312.000	a
do qual: o montante elegível para capital complementar		0	
Lucros retidos (reserva de lucros)	233.887	233.887	b
Outros resultados abrangentes		0	
Lucros ou prejuízos acumulados	0	48.054	c
Ações em Tesouraria		0	
Patrimônio líquido total	503.887	593.941	



Anexo III: Tabela CCA – Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

TIPO	Número da linha	1	2	3
	Característica	Dívida Subordinada	Dívida Subordinada	Dívida Subordinada
CARACTERÍSTICA	Emissor	SCANIA BANCO	SCANIA BANCO	SCANIA BANCO
	Identificador único (ex.: Cusip, Isin ou identificador Bloomberg para colocação privada)	0000478 - 0000000	0000479 - 0000000	0000480 - 0000000
	Lei aplicável ao instrumento	Resolução nº 3.444/07 do CMN	Resolução nº 3.444/07 do CMN	Resolução nº 3.444/07 do CMN
TRATAMENTO REGULATÓRIO	Tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Nível II	Nível II	Nível II
	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	N/A	N/A	N/A
	Elegibilidade para a instituição individual/conglomerado/conglomerado e instituição individual	N/A	N/A	N/A
	Tipo de instrumento	Título	Título	Título
	Valor reconhecido no PR (em R\$ mil, na última database reportada)	6.000	5.820	8.000
	Valor de face do instrumento (em R\$ mil)	30.000	29.100	20.000
	Classificação contábil	30.180	29.183	20.067
	Data original de emissão	15/09/2011	11/05/2012	14/11/2013
	Perpétuo ou com vencimento	C/ Vencimento	C/ Vencimento	C/ Vencimento
	Data original de vencimento	15/09/2021	11/05/2022	14/11/2023
	Opção de resgate ou recompra	Não	Não	Não
	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	N/A	N/A	N/A
	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	N/A	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO / DIVIDENDOS	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Remuneração fixa	Remuneração fixa	Remuneração fixa
	Taxa de remuneração e índice referenciado	108% - CDI	109% - CDI	110% - CDI
	Existência de suspensão de pagamento de dividendos	N/A	N/A	N/A
	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatário	Completa discricionariedade	Completa discricionariedade	Completa discricionariedade
	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não



Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
Conversível ou não conversível em ações	Não Conversível	Não Conversível	Não Conversível
Se conversível, em quais situações	N/A	N/A	N/A
Se conversível, totalmente ou parcialmente	N/A	N/A	N/A
Se conversível, taxa de conversão	N/A	N/A	N/A
Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	N/A	N/A	N/A
Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	N/A	N/A	N/A
Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	N/A	N/A	N/A
Características para a extinção do instrumento	N/A	N/A	N/A
Se extingüível, em quais situações	N/A	N/A	N/A
Se extingüível, totalmente ou parcialmente	N/A	N/A	N/A
Se extingüível, permanentemente ou temporariamente	N/A	N/A	N/A
Se extinção temporária, descrição da situação em que o instrumento volte a ser considerado no PR	N/A	N/A	N/A
Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especifica o tipo de instrumento de ordem imediatamente superior)	N/A	N/A	N/A
Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Não	Não	Não
Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	N/A	N/A	N/A